



Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal

Tel: (0xx61) 2103-7200 – Fax: (0xx61) 2103-7221

www.condsef.org.br

condsefcpd@brturbo.com.br - condsef@uol.com.br

## Plenária Setorial do Departamento dos Servidores do Ministério do Trabalho e Emprego.

**Data:** 24 e 25 de Fevereiro de 2007.

**Local:** Brasília-DF

**Estados Presentes:** (PI, MG, SP, RR, PE, GO, SC, DF e RO).

### RELATÓRIO

#### I – Informes:

##### 1. Nacionais:

- Orçamento da União aprovado para 2007 totalmente insuficiente para atender as demandas dos Servidores, em torno de 2 bilhões de reais de aumento com despesas de pessoal, quando só as demandas compromissadas com a CONDSEF estar em torno de 14,8 bilhões de reais.
- MP – 341/06 (Remendão) não atendeu na sua totalidade às correções propostas pela CONDSEF em relação às MP's 301 e 304/2006. No geral avançou na questão da não criação de Carreira nova mudando para reestruturação, reabertura de novos prazos para opção e manutenção dos direitos das categorias que fazem 30 horas semanais de carga horária.
- A política de despesas da União contida no PAC, e em especial as despesas com pessoal é inaceitável visto que aponta para os próximos 10 anos uma política regressiva de despesas com pessoal que inviabiliza qualquer perspectiva de negociação em relação às questões salariais dos Servidores Públicos. A CONDSEF juntamente com a CUT/Nacional já tiraram posição fechada no sentido de que a parte do PAC que trata sobre despesa de pessoal tem de ser retirada e que se abra um espaço de negociação com as Organizações dos Servidores Públicos.
- A CONDSEF juntamente com a CUT/Nacional já apresentou emenda ao PLC que altera a Lei Complementar 101 (LRF) no sentido de excluir as restrições Orçamentárias e financeiras contidas no mesmo.
- Dia 27/02/2007 a CONDSEF juntamente com a CUT/Nacional terá Audiência com Ministro do Planejamento Paulo Bernardo onde será pautado prioritariamente as seguintes questões: Retomada da Mesa Nacional de Negociação que estar “paralisada”; Retirada do PAC as questões relativas à despesa com pessoal; Cumprimento dos Acordos assumidos e não cumpridos pelo Governo; Edição de um outro instrumento legal (MP, etc), que corrija as distorções ainda verificadas nas MP's 301 e 304/06 e suas respectivas leis as quais foram convertidas; Edição do Decreto para compensação dos dias de greve do ano de 2006 assumido pelo Ministro em 2006 e até o momento não editado, dentre outras demandas dos Servidores Públicos Federais;
- Dias 28 e 29/02/2007 estaremos tendo Audiência com o Relator do PLC que altera a Lei Complementar n.º 101 que trata da redução de despesas com pessoal no PAC. Nesse período também estaremos tendo Audiência com o Presidente da Comissão que analisará o citado PLC.
- Calendário de atividades geral da CONDSEF para o início de março/2007:
  - Dia 12/03/07 – Reunião do CDE/CONDSEF.
  - Dia 13/03/07 – Plenária Nacional da CONDSEF
  - Dia 14/03/07 – Plenária Nacional dos SPF's.
  - Dia 15/03/07 – Ato em Brasília-DF do lançamento da Campanha Salarial dos SPF's/2007.



**Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal**

**Tel: (0xx61) 2103-7200 – Fax: (0xx61) 2103-7221**

**www.condsef.org.br**

**condsefcpd@brturbo.com.br - condsef@uol.com.br**

## 2. Informes dos Estados:

### **SINSEP-PI:**

#### **DRT:**

Atendimento ao Público Seguro desemprego em média 205 atendimento direto, exceto informações pessoalmente e via telefone, mais de 120 dia.

Atendimento CTPS , informatizada média de 150 atendimentos por dia.

Existe cinco terceirizados dois no seguro, um na Administração e dois na informática, o setor de conservação é limpeza e terceirizado, na sede a vigilância é do quadro.

Existe rodízio de funcionários no atendimento seguro-desemprego, carteira, funciona de 7:00 às 18:00 horas, outros atendimentos : PIS/PASEP, SINE, CAGEA, bem como parte trabalhista em geral.

Não existe estagiários.

A direção é do quadro, está indefinido a permanência da Delegada, será definido no mês de março.

Trabalho geral 08:00 horas.

Em duas Agências do interior existe segurança bem como a Sub-Delegacia.

### **SINDSEP-MG:**

Encontra-se em total apatia principalmente com relação ao Plano de Carreira, o fato de inúmeros Servidores terem tido cinco dias do ponto cortado a paralisação convocada pela FENASPS o ano passado. O número de terceirizados é muito Grande se comparado com os ativos. E existe pressão das chefias com relação as 08:00 horas.

### **SINTSEF-RO:**

A DRT está com problema financeiro, pois falta até material de expediente.

Convênio com o Governo do Estado, foram remanejado para o Shopping Cidadão, o setor de homologação, seguro-desemprego e orientação trabalhista, o setor de carteira de trabalho e em conjunto com o Sine no Shopping Cidadão.

Temos terceirizados também.

Não temos Delegado titular, desde o ano passado quando houve a troca de Delegado, a que entrou ficou como substituta até hoje.

O espaço físico da sede está horrível, pois fizeram umas divisórias de no máximo 12mt para as Sessões que vieram de um prédio ao lado, pois o mesmo seria demolido para a construção do anexo e até hoje continua do mesmo jeito, sem que nada fosse feito.

Nós do Shopping estamos esquecidos, não temos segurança nenhuma, no setor de homologação é pior ainda, é um setor insalubre devido o aparelho do ar condicionado central, fica do lado da nossa sala, tem dias que ficamos com dor de ouvido. O aparelho atinge os setores da DRT que está no Shopping Cidadão.

O setor de homologação, seguro-desemprego e orientação trabalhista pedem socorro.

### **SINTRAFESC-SC:**

Carga horária assina 08:00 horas e cumpre 06:00 horas.

Deficiência pessoal.

Grande contingente contratados.

Estrutura precária.

Condições de Trabalho (recursos materiais/equipamentos precários).

Categoria desmobilizada pela ausência de perspectiva e ameaça de corte do ponto quando da participação de greves. Espaços curtos.



**Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal**

**Tel: (0xx61) 2103-7200 – Fax: (0xx61) 2103-7221**

**www.condsef.org.br**

**condsefcpd@brturbo.com.br - condsef@uol.com.br**

## **SINTSEF-SP:**

### **DRT:**

Foi realizada assembléia estadual na DRT/SP, quando foi discutido o que significa o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) como um pacote para “fazer crescer” a economia. No entanto, o pacote só traz mais arrocho e ataques aos Servidores e aos trabalhadores em geral. O objetivo do Governo é aprofundar o desvio de recursos de áreas como Educação e Saúde para continuar pagando os juros da dívida pública. Por isso já é chamado de “Programa de Atendimento aos Credores”.

Um dos principais pontos do PAC, proposto para “ajustar” as contas publicas é o congelamento do salário dos Servidores Públicos por 10 anos. O Governo quer garantir aos Servidores para a próxima década, apenas a reposição da inflação do período e apenas 1,5% de reajuste real para a folha de pagamento da categoria. No entanto, a folha de pagamento do funcionalismo já cresce anualmente uma taxa de 1,5% ao ano, fruto de incorporações de benefícios, promoções, etc., é o chamado “crescimento vegetativo” da folha.

Outra medida do PAC instaura o Fórum Nacional da Previdência Social.

O Fórum reunirá representantes do Governo, empresários e das Centrais pelegão e terá o objetivo de elaborar uma proposta de reforma da Previdência num prazo de seis meses. A real intenção do Governo é impor uma reforma que retire ainda mais direitos dos Trabalhadores, estabelecendo a idade mínima para a Aposentadoria de 65 anos e, entre outras coisas, diminuindo a idade de aposentadoria entre homens e mulheres. Outros ataques são feitos através do PAC como a utilização do FGTS, dinheiro dos Trabalhadores para enriquecer empresários e empreiteiros; congelamento do salário mínimo; Mantém a transposição do Rio São Francisco e não fala nada sobre a preservação do Meio Ambiente, nem sobre a Reforma Agrária.

A assembléia se posicionou por unanimidade contra o PAC.

Em São Paulo, estamos passando por vários problemas, principalmente em função da atuação do atual Delegado Regional do Trabalho, Márcio Chaves.

Estamos vivendo um verdadeiro caça às Bruxas, onde Servidores estão sofrendo perseguições políticas, assédio moral por parte das ações do Delegado e das chefias que concordam com essa prática.

O SINTSEF/SP ingressou com denúncia no Ministério Público, onde além de outras denúncias, apresenta cópia de contrato com a Empresa terceirizada “Apecê Serviços” e o Ministério do Trabalho, para atender diversos Estados, sendo certo que os salários variam entre R\$ 1.500,00 e R\$ 9.000,00.

Sobre o Termo de Opção da Carreira, a Assembléia deliberou pela assinatura, excetuando os casos que já recebem como decisão administrativa judicial, ou para aqueles que já tem processos ganhos na justiça. No entanto, essa decisão só será confirmada na próxima assembléia, a se realizar no próximo dia 02/03/07, após orientação/deliberação deste Encontro Nacional dos Servidores das DRTs.

Aprovamos pro unanimidade a luta pela regulamentação da jornada de trabalho de 30 horas semanais sem redução de salários, com turnos ininterruptos para atendimento à população.

Salientamos que a principal reivindicação dos Servidores da DRT/SP segue sendo a implantação de um verdadeiro Plano de Carreira, já que a atual significa apenas um arremedo de Plano.

## **II – Análise de Conjuntura:**

### **1 – Introdução:**

Dentre os vários elementos que poderemos utilizar para pensar cenários para 2007 em relação às perspectivas e expectativas dos trabalhadores do Serviço Público Federal, no que diz respeito especialmente às questões referente a estruturação/reestruturação de carreiras e à questão salarial, nesta elaboração destacamos: O Orçamento da União aprovado para 2007 e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC lançado pelo governo em 22/01/2007.

#### **1. Orçamento da União aprovado para 2007:**



**Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal**

**Tel: (0xx61) 2103-7200 – Fax: (0xx61) 2103-7221**

**www.condsef.org.br**

**condsefcpd@brturbo.com.br - condsef@uol.com.br**

O aumento de despesa com pessoal do Poder Executivo aprovado para 2007 foi na ordem de R\$ 2.066.736.000,00 (dois bilhões, sessenta e seis milhões e setecentos e trinta e seis mil reais), sendo-os para:

- a) Reestruturação da remuneração das carreiras da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e da Seguridade Social ( MP-301/06), do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (MP n.º 304/2006), Jurídica ( MP – 305/06) e da Perícia Médica (Lei n.º 11.302/06): R\$ 908.511.300,00.
- b) Reestruturação da Remuneração de Cargos, Funções, e Carreiras no âmbito do Poder Executivo. R\$ 1.158.224.700,00. Considerando que neste total de aproximadamente 2 bilhões de reais estar incluído a Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público e, quando couber, para o Regime Geral de Previdência Social, esse valor ficará em torno de 1,8 bilhões de reais.

As Emendas apresentadas através da CONDSEF e não aprovadas no Orçamento perfaziam um total de aproximadamente 14,89 bilhões de reais, Emendas essas que contemplariam a maioria das reivindicações de Estruturações/Estruturações de Carreira da base da CONDSEF, a maioria, inclusive, já negociadas e acordadas com o governo durante o ano de 2006.

Como podemos constatar, o déficit entre o aprovado 1,8 bilhões de reais e o necessário 14,89 bilhões de reais por se só já indica que a luta por aditivos ao Orçamento aprovado será árdua e complexa;

## 2. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC:

Divulgado pelo Governo em 22/01/2007 indica como um dos principais pilares do referido programa a diminuição do endividamento do setor público, refletida na sinalização das seguintes políticas:

- a) Aumento das Despesas com Pessoal limitado à 1,5% ao ano acima da inflação: Considerando que a inflação estimada para 2007 é de em torno de 4,5%, isto significa, que o aumento com despesas de pessoal para 2007 ficará em torno de 6%, o que representa no total do Orçamento (110 bilhões de reais) uma margem aumento com despesas com de pessoal na ordem de aproximadamente 6,6 bilhões de reais, muito aquém das necessidades levantadas pela CONDSEF, como já descrevemos anteriormente, na ordem de 14,89 bilhões.
- b) Regulamentação do novo Regime Previdenciário e do Fundo de Aposentadoria Complementar do Servidor Público Federal, com o benefício limitado ao teto do INSS: Medida que não atinge os “antigos” Servidores ( que entraram no Serviço Público antes de 2003), mas que reflete uma política preocupante “agendada” pela grande mídia brasileira desde o ano passado sobre a necessidade de reduzir o “ déficit” da Previdência. Essa “política” aumentará a complexidade da nossa luta pela paridade entre Ativos, Aposentados e Pensionistas;
- c) Choque de Gestão da Previdência Social e mudanças em benefícios, como o auxílio doença, para a obtenção de uma economia de até 3 bilhões de reais por ano;
- d) Redução do ritmo de crescimento dos gastos correntes e a partir de 2008: Aqui estar o “alicerce” do pilar, da “política” de diminuição do endividamento do Setor Público, que de forma mais compreensível significa “redução de despesas” do setor público, e mais diretamente “redução” de despesas com pessoal. Aqui se consolida a transformação de “investimento” público, em “despesa”, e como toda “despesa” é “pecado” para os interesses do capital, tem de ser reduzida. Deve aprofundar nossas preocupações mais ainda, quando o PAC não é um Programa só para 2007, mais um programa que se desenvolverá até 2010 com uma “política” progressiva de redução dos gastos públicos. O Programa (PAC), estima essa redução na seguinte ordem decrescente do endividamento líquido do setor público: Em 2007, 48,3% do PIB; em 2008, 45,8% do PIB; em 2009, 42,9% do PIB e em 2010 39,7% do PIB. O “déficit” das contas públicas – o resultado

nominal segue a mesma ordem decrescente: Em 2007, 1,9% do PIB; Em 2008, 1,2% do PIB; em 2009, 0,6% do PIB e em 2.010, 0,2% do PIB.

Resumindo, a política será de “arrocho” para os investimentos públicos, inclusive, em relação à despesas com pessoal.

Aparentemente, o governo em relação à questão salarial do Servidores Públicos, trabalha com uma lógica política, **a qual não concordamos por não ser verdadeira**, de que no 1º mandato do Lula, as “distorções salariais” foram “corrigidas” e que mantendo daqui pra frente a reposição da inflação mais um “ganho real” de 1,5%, manterá o poder de compra dos salários.

Na nossa compreensão, essa será a retórica do governo para justificar a sua proposta de “política salarial” para os Servidores Públicos.

## 2 – O que fazer diante dos Cenários apresentados:

1. Massificar junto à categoria de que não será alcançada nenhuma reivindicação sem luta;
2. Aprofundar o debate junto à categoria de que a necessidade de mudarmos as “políticas” definidas no Orçamento da União e no PAC, só será possível, se construirmos uma unidade real de toda categoria. As posturas corporativas do “salve-se quem puder e lute quem quiser” não terá resultados positivos, nem para os que lutarem “isoladamente”. Se não mudarmos as políticas macros constantes no Orçamento da União e no PAC, não teremos nenhuma perspectiva de avanço nem nas questões/reivindicações específicas. Essa compreensão é de fundamental importância que seja acumulada no debate com a base, para que não aconteça a fragmentação da categoria, e no final dos enfrentamentos fragmentados só reste decepções e frustrações.
3. É preciso se consolidar a compreensão de que a questão da paridade, da isonomia entre iguais, das gratificações produtivistas, não são políticas setoriais, mas uma política Macro de Governo. Várias experiências do passado recente consolidam essa nossa compreensão. O que ocorreu no passado recente, principalmente de 2003 a 2006 é que as “negociações” setoriais teve se importantes avanços, mas quando a demanda chega nos “setores de decisão” do governo (Ministério do Planejamento, e Casa Civil), os avanços conseguidos nas Mesas Setoriais retrocedem, justamente porque as políticas Macros não permitem.
4. Os cenários vislumbrados pelas políticas de governo anunciadas no momento nos leva à evidente necessidade de construirmos um movimento de enfrentamento à essas políticas do conjunto da categoria de forma unitária e coesa. Ratificamos, temos de mudar as políticas Macros para avançarmos, inclusive, nas demandas específicas.
5. Nesse sentido as 12 Plenárias Setoriais de Departamentos que a CONDSEF estará realizando até o início de março/2007 terá a tarefa vital de acumular e consolidar na questão do Plano de Lutas, a necessidade de unir toda a categoria para a luta pela a mudança das “políticas” sinalizadas pelo governo no presente momento. Não podemos nos permitir outro cominho que não seja o da unidade.
6. Consolidarmos o eixo de reivindicações aprovado na Plenária da CONDSEF em Dezembro/2006:
  - Reposição Salarial das perdas acumuladas desde 1.995;
  - Correção das distorções;
  - Incorporação das Gratificações Produtivistas e da GAE;
  - Paridade entre Ativos, Aposentados e Pensionistas;
  - Diretrizes de Plano de Carreira;
  - Correção imediata das Leis 11.355, 11.356 e 11.357;
  - Retorno dos Anistiados;
  - Criação de um ambiente institucional de negociação mais favorável;
  - Cumprimento dos Acordos de greve.





**Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal**

**Tel: (0xx61) 2103-7200 – Fax: (0xx61) 2103-7221**

**www.condsef.org.br**

**condsefcpd@brturbo.com.br - condsef@uol.com.br**

### **III – Termo de Opção dos Servidores da Carreira da Seguridade Social para a Nova Carreira da Saúde, Previdência e Trabalho:**

Dentre os Problemas ainda verificados na MP 301/06 (Lei 11.355/06), e não corrigidos pela MP 341/06 (Remendão), em relação aos Servidores do Ministério do Trabalho e Emprego, diz respeito aos Servidores que porventura tenham alguma incorporação (Rubrica Judicial ou Administrativa) as mesmas se transformarão em Vantagem Pessoal Nacionalmente Identificada – VPNI de “natureza provisória” sujeita apenas ao índice de reajuste aplicável às tabelas de vencimento, a título de revisão geral. O que estar expresso na Lei é que qualquer outro tipo de alteração da Tabela Salarial (Reestruturação de Tabela, implementação de Plano de Carreira, etc.) será deduzido da referida VPNI, ou seja, a mesma com o tempo desaparecerá. Nesse sentido, a compreensão acumulada é que quem tiver algum tipo de ganho judicial ou administrativo fazer a Opção pela Carreira de Saúde Trabalho e Previdência significa que o tempo essa diferença “desaparecerá”.

Para os que não tem nenhum tipo de incorporação, a principio, não vemos nenhum problema em fazer a referida Opção.

### **IV – GEAP:**

Foram abordados vários problemas do Convênio do MTE com a GEAP, inclusive informações não oficiais de mudança na forma do Plano. Diante do universo de problemas levantados foi encaminhado o seguinte: Que seja feito um levantamento junto a todos Estados dos problemas existentes com o Convênio no que diz respeito ao atendimento dos Servidores (num prazo de 15 dias). Os problemas levantados deverão serem enviados à CONDSEF que sistematizará os mesmos e solicitará uma Audiência com o Presidente do Conselho da GEAP para tratar sobre os mesmos.

### **V – Pauta de Reivindicação dos Servidores do MTE: Definido com Eixo principal da pauta as seguintes reivindicações:**

1. Plano de Carreira do MTE Já!
2. Reestruturação do MTE!
3. Concurso Público!
4. Carga horária de 30 horas semanais com turnos de trabalho ininterruptos sem redução de Salários.
5. Demais Reivindicações:
  - Fim das Terceirizações;
  - Acesso aos contratos firmados com as Empresas terceirizadas;
  - Reativação do SAMS e bibliotecas de todas DRT's;
  - Implementação imediata das Comissão de Saúde do Trabalhador;
  - Realização de exames periódicos aos Servidores;
  - Pagamento de todo passivo trabalhista administrativo e judicial;
  - Estabelecimento de uma política permanente de capacitação para todos os Servidores do MTE;
  - Garantia de liberdade de Organização Sindical por local de trabalho;
  - Criação de Procuradoria do MTE, que será responsável pela cobrança de multa, infrações e levantamento de débitos do FGTS.

### **VI – Processo de Negociação com o Governo:**

Considerando a estagnação/suspensão do processo de negociação por parte do Governo foi deliberado os seguintes encaminhamentos:

1. Solicitar a retomada imediata da Mesa Setorial de Negociação do MTE;



Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal

Tel: (0xx61) 2103-7200 – Fax: (0xx61) 2103-7221

www.condsef.org.br

condsefcpd@brturbo.com.br - condsef@uol.com.br

2. Solicitar uma intervenção mais contundente da CUT Nacional para retomada da Mesa;
3. Protocolar documento junto ao MTE solicitando a retomada da Mesa e discussão do Eixo principal das reivindicações dos Servidores do MTE;
4. Elaborar carta com o título “CASA DE FERREIRO ESPETO DE PAU”, resgatando os problemas e a inviabilização do processo de negociação pelo MTE fechando com o nosso Eixo de reivindicação. A referida carta deverá ser reproduzida pelas Entidades Filiadas à CONDSEF para massificar essa denúncia o máximo possível;
5. Fazer gestão junto aos Parlamentares no sentido dos mesmos pressionarem o MTE para a retomada do processo de negociação.

## VII – Plano de Lutas:

1. Rearticular os Servidores das DRT's nos processos de mobilização;
2. Unificar a luta dos Servidores das DRT's com os Servidores dos demais Órgãos na construção de uma mobilização unitária neste momento, principalmente, frente a política de gastos com pessoal contida no PAC;
3. Rodada de Assembléias por local de trabalho para discutir e acumular sobre a pauta específica combinada com a luta geral dos SPF's frente à política de gasto com pessoal contida no PAC, inclusive, indicando greve de toda categoria para o mês de abril/2007.

## VIII – Deliberações e Encaminhamentos:

1. Denunciar a precarização das condições de trabalho no MTE;
2. Denunciar as distorções salariais entre Auditores e Servidores Técnicos Administrativos do MTE;
3. Pressionar o Parlamento para aprovar o Projeto de Lei do Concurso para o MTE;
4. Denunciar o “mascaramento” na divulgação de metas/resultados atingidos pelo MTE;
5. Identificar a destinação/distribuição de recursos financeiros no MTE;
6. Fazer levantamento de impacto financeiro da Carreira do MTE;
7. Formar uma Comissão para discutir/elaborar uma proposta de Reestruturação do MTE. A Comissão deverá ser formada por 01 representante do SINDSEP-PE, 01 do SINTSEP-GO, 01 de Sindicato da Região Norte e 01 de Sindicato da Região Sul. Para essa discussão devemos procurar o SINAIT para discutirmos essa Reestruturação.
8. Realizar próximo Encontro/Plenária dos Servidores do MTE em abril/2007.

Brasília, 26 de fevereiro de 2007.

Saudações Sindicais,

Pedro Armengol de Souza  
Diretor/CONDSEF.